



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO N 27/2015

Proposição : Projeto de Lei n 09/2015
Autoria : Executivo
Assunto : Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2016 e dá outras providências.

1

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAR, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

APROVA:

Art. 1. Esta Lei estabelece, nos termos do art. 165,  2, da Constituição Federal, as metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2016, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual e dispo sobre as alterações na legislação tributária.

 1 – Além das normas a que se refere o “*caput*”, esta Lei dispo sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169,  1, da Constituição Federal, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal n 101, de 04 de maio de 2000.

 2 – As categorias econmicas e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econmica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).

 3 – As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelosrgos contábeis do Executivo e do Legislativo para atenders necessidades da execução orçamentária.

Art. 2. As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2016 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, integrante desta Lei, as quais tero precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual, não se constituindo em limites a programação da despesa.

Pargrafonico – As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-o modificadas por leis posteriores, inclusive a Lei Orçamentária Anual, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

Art. 3. As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2016 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrado em:

| |
|---|
| I – Despesas Obrigatórias; |
| II – Prioridades e Indicadores por Programas; |
| IIA – Programas, Metas e Ações; |
| III – Metas Anuais; |
| IV – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; |
| V – Metas Fiscais Atuais Compradas com as Fixadas nos Três exercícios anteriores; |
| VI – Evolução do Patrimnio Líquido; |
| VII – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com Alienação de Ativos; |



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

| |
|--|
| VIII – Receitas e Previdenciária do RPPS; |
| IX – Projeção Atuarial do RPPS; |
| X – Estimativa e Compenso da Renúncia de Receita; |
| XI – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; |
| XII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. |

Art. 4. Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrantes desta Lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo nico – Para os fins deste artigo consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

Art. 5. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2016 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades. Bem como de alterações de suas competências e atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

Parágrafo nico – A transposição, a transferência e o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais estabelecidos para os órgãos ou entidades extintas, transformadas, transferidas, incorporadas ou desmembradas.

Art. 6. Ficam autorizados, nos termos do artigo 167, VI, da Constituição Federal, as transposições, os remanejamentos e as transferências no âmbito de um mesmo órgão e na mesma categoria de programação, para melhor adequação e cumprimento das finalidades e metas programadas.

Art. 7. A Câmara Municipal elaborar sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 31 de agosto de 2015.

 1 – O Executivo encaminhará  Câmara Municipal, até 30 (trinta) dias antes do prazo fixado no “caput”, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2015 e 2016, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o artigo 12 da Lei Complementar Federal n 101/2000.

 2 – Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.

Art. 8. Na elaboração da Lei Orçamentária e em sua execução, a Administração buscar ou preservar o equilíbrio das finanças públicas, por meio



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dvida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculaes constitucionais e legais. E da necessidade de prestao adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente.

Art. 9. A Lei Orçamentária não consignar recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservao do patrimnio público.

 1 – A regra constante do “*caput*” aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculaes legalmente estabelecidas.

 2 – Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocao de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

Art. 10. A Lei Orçamentária contera reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

 1 – A reserva de contingência será fixada em no máximo 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida e sua utilizao dar-se- mediante créditos adicionais abertos  sua conta.

 2 – Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado  abertura de créditos adicionais para outros fins.

Art. 11. Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federao, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorizao legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros municípios, com o Estado e com a União.

Art. 12. Para fins do disposto no artigo 16,  3, da Lei Complementar Federal não 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisio de bens ou serviços e com a realizao de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitao estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do artigo 24, da Lei Federal não 8.666, de 21/06/1.993.

Art. 13. Até 30 (trinta) dias após a publicao da Lei Orçamentária, o Poder Executivo e as suas entidades da Administrao Indireta estabelecerão a programao financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realizao de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

 1 – Integrarão essa programao as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administrao indireta e destes para o tesouro municipal.

 2 – O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programao financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 14. No prazo previsto no “*caput*” do artigo anterior, o Poder Executivo e as suas entidades da Administrao Indireta estabelecerão as metas



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

bimestrais de arrecadao das receitas estimadas, com a especificao, em separado, quando pertinente, das medidas de combate  evasão e  sonegao, da quantidade e dos valores de aoes ajuizadas para a cobrança da dvida ativa, bem como da evoluo do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

§ 1 – Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustrao na arrecadao de receita capaz de comprometer a obteno dos resultados nominal e primário fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administrao Indireta determinarão, de maneira proporcional, a limitao de empenho e movimento financeira, em montantes necessários  preservao dos resultados fiscais almejados.

§ 2 – O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitao de empenho e movimento financeira, acompanhado da devida memória de cáculo.

§ 3 – Na limitao de empenho e movimento financeira, serão adotados crterios que produzam o menor impacto possível nas aoes de caráter social, particularmente nas de educao, saúde e assistência social.

§ 4 – Não serão objeto de limitao de empenho e movimento financeira as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dvida e precatórios judiciais.

§ 5 – A limitao de empenho e movimento financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a reduo de eventual excesso da dvida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal não 101/2000.

§ 6 – Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obteno dos resultados fiscais programados e a limitao de empenho enquanto perdurar essa situao, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal não 101/2000.

§ 7 – A limitao de empenho e movimento financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situao de frustrao na arrecadao de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 15. Desde que respeitados os limites e vedaoes previstos nos artigos 20 e 22, pargrafonico, da Lei Complementar Federal não 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

- I. concessão de vantagem ou aumento de remunerao, criao de cargos, empregos e funoes ou alterao de estruturas de carreiras;
- II. admissão de pessoal ou contratao a qualquer título.

§ 1 – Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

- I. prévia dotao orçamentária suficiente para atender às projeoes de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- II. lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do “*caput*”;
- III. no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituio Federal.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

§ 2 – Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal n 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

I. no caso do disposto no inciso II do § 6 do artigo 57 da Constituição Federal;

II. nas situaes de emergência e de calamidade pública;

III. para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;

IV. para manutenção das atividades mínimas das instituies de ensino;

V. nas demais situaes de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.

Art. 16. Fica atender ao disposto no artigo 4, I, “e”, da Lei Complementar Federal n 101/2000, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

Parágrafo nico – Os custos e resultados apurados serão apresentados em quadros anuais que permanecerão  disposição da sociedade em geral e das instituies encarregadas do controle externo.

Art. 17. Conforme estabelece o artigo 26 da Lei Complementar Federal n 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na Lei Orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas, desde que em atendimento  recomendação expressa de unidade competente da Administração.

Art. 18. Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenes ou contribuies, desde que observadas as seguintes exigências e condies:

I. requerimento assinado pelo representante legal da entidade, dele devendo constar o seu nome por extenso, cargo, R.G., C.P.F., endereço de residência e declaração que a entidade não dispõe de recursos próprios suficientes  manutenção ou ampliação de seus serviços;

II. inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

III. cópia do último estatuto registrado em cartório;

IV. cópia do plano de trabalho proposto pela entidade;

V. declaração de utilidade pública em âmbito federal, estadual ou municipal;

VI. declaração de funcionamento regular nos últimos 03 (três) anos da entidade, emitida no segundo semestre de 2015, por 03 (trs) autoridades locais;

VII. certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, atualizada, comprovando habilitação profissional do responsável pelas demonstraes contábeis.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Art. 19. Visando  realizao e ao atendimento de atividades estabelecidas nos programas governamentais do Município, o Poder Executivo poderá firmar convênios com entidades sem fins lucrativos, para, em seu nome, prestarem serviços  populao, em conformidade com o estabelecido no artigo 116 da Lei Federal n 8.666/93.

Art. 20. As transferências financeiras a outras entidades da Administrao Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execuo orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realizao.

Parágrafo nico – Os repasses previstos no caput serão efetuados em valores decorrentes da própria Lei Orçamentária Anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

Art. 21. A concessão ou ampliao de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita s serão promovidas se observadas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar Federal n 101/2000 e após a juntada, aos respectivos processos, dos documentos ou informaes que comprovem o atendimento do disposto no “caput” do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

Art. 22. Nas receitas previstas na Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alteraes na legislao tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitao na Câmara Municipal.

Art. 23. O Poder Executivo poderá enviar  Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alteraes na legislao tributária, especialmente sobre:

I. instituio ou alterao da contribuio de melhoria, decorrente de obras públicas;

II. revisão das taxas, objetivando sua adequao ao custo dos serviços prestados;

III. modificao nas legislaes do imposto sobre serviços de qualquer natureza, imposto sobre a transmissão intervivos de bens imóveis e de direitos a eles relativos, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, com o objetivo de tornar a tributao mais eficiente e justa;

IV. aperfeiçoamento do sistema de fiscalizao, cobrança e arrecadao dos tributos municipais, objetivando a simplificao do cumprimento das obrigaes tributárias, além da racionalizao de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

Art. 24. Ficam o Executivo e o Legislativo autorizados a realizar despesas, observado o limite mensal de 1/12 (um doze avos) de cada programa da proposta original encaminhada ao Legislativo, até o momento da publicao da Lei Orçamentária, se esta ocorrer depois de encerrado o exercício de 2015.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

§ 1 – Considerar-se- antecipação de crédito  conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2 – Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei dos orçamentos no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, excepcionalmente, por decreto do Poder Executivo, após a publicação da Lei Orçamentária.

§ 3 – Ocorrendo  hipótese deste artigo, as providências de que tratam os artigos 13 e 14 serão efetivadas até o dia 30 de janeiro de 2016

Art. 25. As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2015 serão inscritas em restos a pagar e terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente, inclusive para efeito de comprovação dos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas da educação e da saúde.

Pargrafonico – Decorrido o prazo de que trata o caput e constatada, excepcionalmente, a necessidade de manutenção dos restos a pagar, fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar sua validade, condicionado  existência de disponibilidade financeira para a sua cobertura.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Guar/SP, 21 de julho de 2015.

Ana Maria Figueiredo Cruz
Presidente

Vinicius Magno Filgueira
1 Secretário

ngela Aparecida Paulino Soares
2 Secretária